



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº , DE JUNHO DE 2023.

*Consolida a legislação Tocantinense
relativa à proteção e defesa da mulher.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, decreta:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei consolida a legislação Tocantinense relativa à proteção e defesa da mulher, criando a "Consolidação das Leis de Proteção e Defesa da Mulher".

Art. 2º Esta Consolidação não afasta a incidência de outros princípios, diretrizes e normas de proteção e defesa da mulher.

Art. 3º Encontram-se consolidados na presente lei os dispositivos legais abaixo:

SUMÁRIO

Parte I – Leis Estaduais

1. Lei nº 3.893, de 29 de março de 2022 - Institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu” de Conscientização sobre a Menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos.
2. Lei nº 3.877, de 7 de janeiro de 2022 - Institui a Campanha de Prevenção do Câncer do Colo de Útero.
3. Lei nº 3.764, de 4 de janeiro de 2021 - Institui o “Dia Estadual de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto, e dá outras providências.
4. Lei nº 3.748, de 4 de janeiro de 2021 – Institui a “Semana Quebrando o Silêncio”.
5. Lei nº 3.806, de 4 de agosto de 2021 - Institui a Campanha de esclarecimento,



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

orientação e prevenção, sobre eclampsia

6. Lei nº 3.650, de 24 de janeiro de 2020 (Com redação dada pela Lei nº 3.878 de 7 de janeiro de 2022) - Dispõe sobre remarcação de teste de aptidão física em concurso público, de candidata grávida.

7. Lei nº 3.649, de 24 de janeiro de 2020 – Institui o aplicativo “Salve Maria”.

8. Lei nº 3.648, de 24 de janeiro de 2020 – Reserva de vagas em creches para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica.

9. Lei nº 3.645, de 21 de janeiro de 2020 - Institui o Estatuto da Mulher Parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Tocantins.

10. Lei nº 3.637, de 15 de Janeiro de 2020 - Institui o Agosto Lilás.

11. Lei nº 3.709, de 28 de Julho de 2020 - Obriga os bares, quiosques, praças, cafés, centros, complexos gastronômicos, restaurantes, casas noturnas, casas de eventos e de shows a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco, no âmbito do Estado do Tocantins.

12. Lei nº 3.531 de 14 de agosto de 2019 - Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006.

13. Lei nº 3.508 de 2 de agosto de 2019 - Institui o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

14. Lei nº 3.560, de 28 de novembro de 2019 – Institui a Patrulha Maria da Penha.

15. Lei nº 3.629, de 18 de dezembro de 2019 - Estabelece a promoção de ação que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres.

16. Lei nº 3.593, de 18 de dezembro de 2019 - Garante prioridade de encaminhamento a vaga de emprego e de cursos profissionalizantes às mulheres que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar, na forma que especifica.

17. Lei nº 3.385, de 27 de julho de 2018 (com redação dada pela Lei nº 3.674, de 26/05/2020) – Dispõe sobre a violência obstétrica.

18. Lei nº 3.113, de 2 de junho de 2016 - Institui o Estatuto do Parto Humanizado no Tocantins, e dá outras providências.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

19. Lei nº 1.141, de 8 de março de 2000 - Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/TO, e adota outras providências.

Parte II - Leis Municipais

PALMAS

Lei Municipal nº 2.689, de 26 de abril de 2022 - Institui a política municipal de qualificação técnica e profissional e dispõe sobre a disponibilização de vagas específicas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no município de Palmas (TO).

Lei Municipal nº 2.688, de 26 de abril de 2022- Institui no Município de Palmas o “Dia da Dignidade Menstrual”.

Lei Municipal nº 2.676, de 6 de abril de 2022 - Dispõe sobre o dever de bares, restaurantes e casas noturnas situados no Município de Palmas adotarem medidas de auxílio à mulher que se encontre em situação de risco em suas dependências.

Lei Municipal nº 2.677, de 6 de abril de 2022 - Institui o Dia Municipal de Conscientização e Combate a Gordofobia no âmbito do município de Palmas.

Lei Municipal nº 2.671, de 7 de janeiro de 2022 - Institui a Campanha Permanente de Proteção às Mulheres “Sinal Vermelho contra a violência doméstica” no Município de Palmas -TO.

LEI Nº 2.667, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui a Semana Municipal de Incentivo ao Aleitamento Materno na cidade de Palmas.

Lei nº 2.637, de 19 de novembro de 2021 – Inclui a data de 25 de julho como Dia Municipal da Mulher Negra no calendário de datas comemorativas do Município de Palmas.

Lei nº 2.631, de 19 de novembro de 2021 - Estabelece diretrizes de prevenção e combate à violência contra as mulheres, no âmbito das instituições de ensino no Município de Palmas.

Lei Municipal nº 2.623, de 15 de outubro de 2021 – Institui o Dia Municipal de Combate ao Femicídio e à Violência Contra a Mulher.

Lei Municipal nº 2.612, de 27 de agosto de 2021 – Institui a Semana Municipal de Ações voltadas à Lei Maria da Penha nas escolas da rede municipal e particular de ensino e dá outras providências.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Lei Municipal nº 2.538, de 3 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre a preferência de idosos, mulheres grávidas ou com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas nos assentos do transporte coletivo de Palmas.

Lei Municipal nº 2.450, de 7 de janeiro de 2019 – Institui a Semana de Incentivo à participação da Mulher no Processo Eleitoral.

Emenda à Lei Orgânica nº 066, de 27 de junho de 2019.

Lei municipal nº 2.516, de 12 de dezembro de 2019 – Institui o Programa de Assistência a Mulheres em situação de Vulnerabilidade Econômica.

Lei nº 2.447, de 7 de janeiro de 2019 - Institui a campanha “Coração de Mulher”.

Lei Complementar nº 400, de 2 de abril de 2018 – Plano Diretor Participativo do Município de Palmas-TO.

Lei Municipal nº 2.369, de 29 de janeiro de 2018 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito municipal, de avisos com o número do disque denúncia da violência contra a mulher (Disque 180)

Lei Municipal nº 2.358, de 31 de outubro de 2017 - Dispõe sobre o uso de espaços públicos de publicidade para campanhas educativas contra atos de violências contra mulher.

Lei Municipal nº 1.022, de 5 de julho de 2001 – Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

ANANÁS

Lei Municipal nº 599, de 01 de fevereiro de 2021 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM, e dispõe sobre o Fundo Municipal de Políticas Públicas para a Mulher.

ARAGUAÍNA

Lei Municipal 3.271, de 30 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre prioridade de atendimento psicoterápico e encaminhamento de cirurgia plástica reparadora de sequelas causadas por ato de violência contra a mulher.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Lei Municipal 3.263, de 27 de dezembro de 2021 - Altera e atualiza a Lei Municipal nº 3101, de 6 de maio de 2019, que institui a Semana Municipal de Ações voltadas à Lei Maria da Penha nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental de Araguaína.

Lei Municipal nº 3.178, de 09 de novembro de 2020 - Dispõe sobre a prioridade de mulheres vítimas de violência doméstica matricularem seus dependentes nas instituições de educação básica do Município de Araguaína.

Lei Municipal nº 3.118, de 11 de novembro de 2019 - Veda a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340 (Lei Maria da Penha) para cargos em comissão, no serviço Público Municipal de Araguaína.

Lei Municipal nº 2.208, de 24 de março de 2004 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

Lei Municipal nº 1.356, de 22 de dezembro de 1993 – Condiciona o funcionamento de empresas no município à não discriminação da mulher no mercado de trabalho.

ARAGUATINS

Lei Municipal nº 1.046, de 11 de outubro de 2011 – Reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

AUGUSTINÓPOLIS

Lei Municipal nº 586, de 14 de outubro de 2013 – Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

COLINAS DO TOCANTINS

Lei Municipal nº 1.795, de 23 de agosto de 2021 - Institui o Programa de Incentivo à Contratação de Mulheres em situação de violência doméstica.

Lei Municipal nº 1.794, de 23 de agosto de 2021 - Institui a Semana Municipal de Ações Voltadas à Lei Maria da Penha nas escolas públicas e privadas do município de Colinas do Tocantins/TO.

Lei Municipal nº 1.793, de 23 de agosto de 2021 - Fixa restrição para o exercício de cargos em comissão e de confiança no Poder Público Municipal.

Lei Municipal nº 1.405, de 28 de abril de 2015 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos no município de Colina do Tocantins.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

DIANÓPOLIS

Lei Municipal nº 1.501, de 28 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham sido condenadas por atos de violência contra a mulher.

Lei Municipal nº 1.482, de 11 de novembro de 2021 - Dispõe sobre as diretrizes para ações de Promoção da Dignidade Menstrual, de conscientização e informação sobre a menstruação.

DOIS IRMÃOS

Lei Municipal nº 600, de 18 de agosto 2021 – Institui a Semana da Mulher empreendedora e fixa diretrizes para a política municipal de estímulo, incentivo e promoção da mulher empreendedora.

GUARAÍ

Lei Municipal nº 036, de 04 de julho de 2005 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

GURUPI

Lei Municipal nº 2.524, de 24 de novembro de 2021 – Dispõe sobre a prioridade da mulher vítima de violência doméstica e familiar na aquisição de imóveis construídos pelos programas habitacionais no município de Gurupi –TO.

Lei municipal nº 2.518, de 1º de outubro de 2021 - Institui o dia da Campanha Quebrando o Silêncio, de combate a violência contra crianças, adolescentes e mulheres no Município de Gurupi.

JUARINA

Lei Municipal nº 023, de 04 de março de 2022 – Dispõe sobre a reestruturação da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.

LAGOA DA CONFUSÃO

Lei Municipal nº 536, de 21 de março de 2011 – Dispõe sobre a criação do dia da Mulher Indígena do baixo Araguaia.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Lei Municipal nº 337, de 18 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a criação no Município de Lagoa da Confusão, o serviço de Defesa da Mulher, da Criança e do Adolescente — Disque Discriminação.

Lei Municipal nº 297, de 10 de setembro de 2001 – Cria o fundo Municipal da Mulher.

Lei Municipal nº 296, de 10 de setembro de 2001 – Cria o Conselho Municipal da Mulher.

LAJEADO

Lei Municipal nº 421, de 30 de maio de 2014 – Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

MIRACEMA DO TOCANTINS

Lei Municipal nº 645/2021, de 11 de novembro de 2021 – Institui a Semana Municipal de Ações Voltadas à Lei Maria da Penha nas Escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio Públicas e Privadas.

Lei Municipal nº 641/2021, de 06 de outubro de 2021 - Dispõe sobre autorização para distribuição de absorventes higiênicos para mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social do município de Miracema do Tocantins.

Lei Municipal nº 530/2018, de 05 de abril de 2018 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito Municipal, de divulgação do disque denúncia da violência contra a mulher (disque 180) e dá outras providências.

MONTE DO CARMO

Lei Municipal nº 526, de 04 de abril de 2013 – Dispõe sobre a política municipal dos direitos da mulher.

NOVA OLINDA

Lei Municipal nº 236, de 27 de junho de 2011 - Altera os artigos 1º e 6º da Lei N° 139/2005, de 27 de junho de 2005, que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

OLIVEIRA DE FÁTIMA



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

A Lei nº 139/2005 não foi encontrada nos bancos de dados públicos.

Lei Municipal nº 116, de 14 de abril de 2004 - Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

PEIXE

Lei Municipal nº 759, de 05 de agosto de 2019 – Dispõe sobre a destinação de porcentagem específica das unidades de programas de loteamentos sociais de habitação popular às mulheres vítimas de violência doméstica.

PRAIA NORTE

Lei Municipal nº 077, de 08 de dezembro de 2006 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Praia Norte.

PORTO NACIONAL

Lei Municipal nº 2.524, de 17 de fevereiro de 2022 – Dispõe sobre a criação do Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM

RIO DA CONCEIÇÃO

Lei Municipal nº 336, de 10 de agosto de 2017 – Institui como feriado municipal o dia 08 de março, dia municipal da mulher.

SÃO MIGUEL DO TOCANTINS

Lei Municipal nº 128, de 08 de dezembro de 2017 - Dispõe Sobre a Reformulação, Estruturação e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de São Miguel do Tocantins.

SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE

Lei Municipal nº 637, de 08 de junho de 2005 – Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

TAIPAS DO TOCANTINS



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

Lei Municipal nº 219, de 14 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a doação de casas populares a mulheres que sejam mães solteiras e carentes do Município de Taipas do Tocantins.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, ESTADO DO TOCANTINS, aos 07 dias do mês de agosto de 2023.

ALDAIR COSTA- GIPÃO
Deputado Estadual-PL



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

A Consolidação da legislação Tocantinense relativa à proteção e defesa da mulher trata-se de um compilado de leis municipais que trazem a temática feminina em um único documento. O principal objetivo dessa lei é facilitar a informação das mulheres referente aos seus direitos. Uma vez que a informação é importante ferramenta para a igualdade de gênero.

Assim, os direitos das mulheres estando consolidados e não dispersos, existe uma facilidade muito maior em ter conhecimento destes e assim, utilizá-los quando necessário.

Reunidas em um único local, as leis podem funcionar como objeto de transformação uma vez que se facilitará o acesso à informação. Ressalta-se que o objetivo dessa lei não é rever o mérito das demais leis, mas sim, sistematizar a legislação dispersa já existente, ou seja, a consolidação não inova no ponto de vista jurídico, apenas traz dispositivos já existentes e os consolida em uma única lei com o fim de facilitar o acesso e trazer um documento de cunho histórico que avance com a informação no que tange os direitos das mulheres.

Considerando a importância, relevância social do projeto de lei em questão, conto com o apoio dos meus nobres Pares para a sua aprovação.

**SALA DAS SESSÕES, ESTADO DO TOCANTINS, aos 07 dias do mês de agosto de
2023.**

**ALDAIR COSTA- GIPÃO
Deputado Estadual-PL**